

3. OS USOS DAS CALÇADAS: CONTATO

Uso das calçadas x as ruas
fechadas /
Espaço público

Há muito tempo, os responsáveis pela reurbanização observam os moradores da cidade passando o tempo em esquinas movimentadas, parando em bares e confeitarias e bebendo refrigerante junto à porta de casa, e já deram um veredicto, que em essência é: "Que coisa mais deplorável! Se essas pessoas tivessem um lar decente ou um lugar mais próprio e arborizado, não estariam na rua!"

Esse julgamento representa um equívoco profundo a respeito das cidades. Não faz mais sentido do que comparecer a um jantar comemorativo num hotel e concluir que, se aquelas pessoas tivessem mulheres que cozinhassem, dariam a festa em casa.

O ponto fundamental tanto do jantar comemorativo quanto da vida social nas calçadas é precisamente o fato de serem públicos. Reúnem pessoas que não se conhecem socialmente de maneira íntima, privada, e muitas vezes nem se interessam em se conhecer dessa maneira.

Ninguém pode manter a casa aberta a todos numa cidade grande. Nem ninguém deseja isso. Mesmo assim, se os contatos interessantes, proveitosos e significativos entre os habitantes das cidades se limitassem à convivência na vida privada, a cidade não teria serventia. As cidades estão cheias de pessoas com quem certo grau de contato é proveitoso e agradável, do seu, do meu

ou do ponto de vista de qualquer indivíduo. Mas você não vai querer que elas fiquem no seu pé. E elas também não vão querer que você fique no pé delas.

Ao falar a respeito da segurança nas calçadas, mencionei a necessidade de haver, no cérebro por trás dos olhos atentos à rua, um pressuposto inconsciente do apoio geral da rua quando a situação é adversa – quando um cidadão tem de escolher, por exemplo, se quer assumir a responsabilidade, ou abrir mão dela, de enfrentar a violência ou defender desconhecidos. Existe uma palavrinha para esse pressuposto de apoio: confiança. A confiança na rua forma-se com o tempo a partir de inúmeros pequenos contatos públicos nas calçadas. Ela nasce de pessoas que param no bar para tomar uma cerveja, que recebem conselhos do merceiro e dão conselhos ao jornaleiro, que cotejam opiniões com outros fregueses na padaria e dão bom-dia aos garotos que bebem refrigerante à porta de casa, de olho nas meninas enquanto esperam ser chamados para jantar, que advertem as crianças, que ouvem do sujeito da loja de ferragens que há um emprego e pegam um dólar emprestado com o farmacêutico, que admiram os bebês novos e confirmam que um casaco realmente desbotou. Os hábitos variam: em certas vizinhanças, as pessoas trocam impressões sobre seus cachorros; em outras, trocam impressões sobre seu senhorio.

Grande parte desses contatos é absolutamente trivial, mas a soma de tudo não é nem um pouco trivial. A soma desses contatos públicos casuais no âmbito local – a maioria dos quais é forçada, a maioria dos quais diz respeito a solicitações, a totalidade dos quais é dosada pela pessoa envolvida e não imposta a ela por ninguém – resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança. A inexistência dessa confiança é um desastre para a rua. Seu cultivo não pode ser institucionalizado. E, acima de tudo, *ela implica não comprometimento pessoal*.

Constatei uma diferença surpreendente entre a existência e a inexistência de confiança pública informal dos dois lados de uma mesma rua larga do East Harlem, composta de moradores basi-

camente de mesma renda e raça. Do lado da cidade tradicional, repleto de locais públicos e com a vida mansa das calçadas tão deplorada pelos utopistas vigilantes do lazer alheio, as crianças estavam sob controle. Bem em frente, do lado do conjunto habitacional, as crianças, que haviam aberto um hidrante de incêndio localizado ao lado da área de recreação, comportavam-se selvagememente, lançando água pelas janelas abertas, espirrando-a em adultos desavisados que andavam pela calçada do conjunto, jogando-a pelas janelas de carros que passavam. Ninguém ousava detê-las. Eram crianças anônimas, e sua identidade era uma incógnita. O que aconteceria se você as repreendesse ou as fizesse parar? Quem o apoiaria naquele Território cego? Ou, ao contrário, quem se voltaria contra você? Melhor não se envolver. Ruas impessoais geram pessoas anônimas, e não se trata da qualidade estética nem de um efeito emocional místico no campo da arquitetura. Trata-se do tipo de empreendimento palpável que as calçadas possuem e, portanto, de como as pessoas utilizam as calçadas na vida diária, cotidiana.

A vida pública informal das calçadas está diretamente relacionada com outras modalidades da vida pública, as quais ilustrarei com um exemplo, embora a variedade seja infinita.

Planejadores e até alguns assistentes sociais costumam entender que as modalidades formais de associações numa cidade derivam direta e consensualmente de convocações de encontros, da disponibilidade de locais de encontro e da existência de questões de interesse público óbvio. Talvez isso aconteça em subúrbios e cidades de pequeno porte, mas não nas cidades grandes.

As associações públicas formais em cidades requerem uma vida pública informal subjacente, interpondo-se entre elas e a privacidade da população urbana. Podemos ter uma ideia do que ocorre comparando, mais uma vez, uma região urbana que possui vida nas calçadas com uma região que não a tenha, com base no parecer de um pesquisador social de uma associação comunitária que estava estudando questões relativas a escolas públicas numa área da cidade de Nova York:

O Sr. W – [diretor de uma escola primária] foi indagado sobre o efeito das J – Houses na escola e o despejo da comunidade vizinha

à escola. Ele acha que foram várias as consequências e que a maioria delas era negativa. Ele mencionou o fato de o conjunto habitacional ter demolido numerosas instituições de socialização. O ambiente vigente no conjunto não se comparava com a alegria nas ruas existente antes de sua construção. Ele observou que, no geral, parecia haver menos pessoas nas ruas por causa da menor quantidade de locais para reunião. Sustentou ainda que, antes da construção do conjunto, a Associação de Pais era muito ativa e agora poucos membros atuavam.

O Sr. W- errou num aspecto. Não havia menos lugares (nem menos espaço, sob quaisquer parâmetros) para as pessoas se reunirem no conjunto, se computarmos os locais propositadamente projetados para uma socialização construtiva. Claro que não havia bares, confeitarias, botequins e restaurantes no conjunto. Mas o conjunto em questão possuía salas de reunião, salas de trabalhos manuais, arte e jogos, bancos ao ar livre, esplanadas etc., suficientes para alegrar o espírito até mesmo dos defensores da Cidade-Jardim.

Por que esses locais se tornam mortos e improdutivos e sem iniciativas e investimentos mais firmes para atrair frequentadores e depois manter controle sobre eles? Quais serviços a calçada pública e seus estabelecimentos proporcionam que esses locais de reunião planejados não conseguem proporcionar? E por quê? Como a vida pública informal da calçada impulsiona uma vida pública mais formal e associativa?

Para compreender tais questões – para compreender a diferença entre beber refrigerante na porta de casa e beber refrigerante na sala de jogos e a diferença entre receber um conselho do merceiro ou do balconista do bar e receber um conselho tanto do vizinho mais próximo quanto de um representante oficial que pode ser unha e carne com o locador oficial –, devemos analisar a questão da privacidade urbana.

A privacidade na zona urbana é preciosa. É indispensável. Talvez seja preciosa e indispensável em todos os lugares, mas na maioria deles não se consegue obtê-la. Em coletividades peque-

nas, todo o mundo sabe da vida de todo o mundo. Na cidade grande, nem todos sabem, a não ser aqueles que você escolhe para revelar segredos. Essa é uma característica das cidades grandes preciosa para a maioria da população, seja ela de renda alta ou de renda baixa, seja ela branca ou negra, seja ela de moradores antigos ou novos, e se trata de uma das dádivas da vida nas grandes cidades mais intensamente apreciadas e zelosamente preservadas.

A literatura sobre a arquitetura e planejamento urbano aborda a privacidade como uma questão de janelas, vistas, ângulos de visão. A ideia é que, se ninguém consegue enxergar pelo lado de fora o lugar em que você vive... você tem privacidade. É simplista demais. A privacidade por meio de janelas é a coisa mais fácil de conseguir no mundo. Basta fechar as cortinas ou ajustar a persiana. No entanto, a privacidade de revelar assuntos particulares a pessoas escolhidas e a privacidade de ter razoável controle sobre quem pode usar do seu tempo e quando fazê-lo são coisas raras na maior parte do mundo e não têm relação alguma com a disposição das janelas.

A antropóloga Elena Padilla, autora de *Up from Puerto Rico* [Direto de Porto Rico], que descreve a vida dos porto-riquenhos num distrito pobre e depauperado de Nova York, conta quanto cada pessoa sabe da outra – em quem se deve ou não confiar, quem desafia a lei e quem a cumpre, quem é capaz e bem informado e quem é inepto e ignorante – e como a vida pública nas calçadas e seus estabelecimentos revelam essas coisas. São assuntos públicos. Mas a autora também fala a respeito da escolha das pessoas que podem aparecer na cozinha de casa para beber um café, da força desses laços e do número limitado de verdadeiros confidentes das pessoas, aqueles que partilham sua vida e seus assuntos pessoais. Ela afirma que não se considera digno que todos saibam da vida de outra pessoa. Nem se considera digno bisbilhotar os outros para além da imagem apresentada em público. Isso viola a privacidade e os direitos individuais. Nesse aspecto, as pessoas que ela descreve são essencialmente as mesmas pessoas da rua misturada, americanizada em que moro, e essencialmente as mesmas pessoas que vivem em apartamentos de alta renda e em belas residências.

das relações pessoais
Privacidade

Uma boa vizinhança urbana consegue um equilíbrio e tanto entre a determinação das pessoas de ter um mínimo de privacidade e seu desejo concomitante de poder variar os graus de contato, prazer e auxílio mantidos com as pessoas que as rodeiam. Esse equilíbrio é em grande parte constituído de pequenos detalhes manejados com sensibilidade e aceitos e praticados de maneira tão informal que normalmente nem são percebidos.

Talvez eu consiga explicar melhor esse equilíbrio sutil mas de suma importância com o exemplo dos estabelecimentos onde as pessoas deixam as chaves para amigos, um costume comum em Nova York. Conosco, por exemplo, quando um amigo quer usar nossa casa enquanto estamos fora, no fim de semana, ou quando todos estão fora durante o dia, ou um visitante que não podemos esperar vai passar a noite, dizemos a esse amigo que pegue as chaves na confeitaria do outro lado da rua. Joe Cornacchia, o dono da confeitaria, geralmente guarda consigo umas doze chaves para entregar. Possui uma gaveta exclusiva para elas.

Agora, por que será que eu e muitos outros escolhemos Joe como guardador natural de chaves? Primeiro, porque achamos que ele é responsável, mas – igualmente importante –, porque sabemos que ele consegue conciliar a boa vontade com o não envolvimento nos assuntos pessoais alheios. Para Joe, não é da conta dele saber a quem emprestamos nossa casa e por que o fazemos.

Do outro lado do nosso quarteirão, as pessoas deixam as chaves na mercearia de um espanhol. Do outro lado do quarteirão do Joe, as pessoas as deixam na doceria. Uma quadra abaixo, deixam-nas na cafeteria, e dobrando a esquina, a uns trezentos metros, na barbearia. No Upper East Side, virando a esquina depois de duas quadras de sobrados e apartamentos elegantes, as pessoas deixam as chaves no açougue e na livraria; uma esquina depois, numa lavanderia e numa farmácia. No pobre East Harlem, as chaves são deixadas com pelo menos um florista, em padarias, lanchonetes e mercearias de espanhóis e italianos.

Seja onde for que fiquem as chaves, o importante não é o tipo de serviço que esses estabelecimentos prestam, mas o tipo de proprietário que possuem.

Indivíduo
social e
mas revela mais
concepção
do papel
da cidade

Um serviço como esse não pode ser formalizado. Identificação... perguntas... seguro contra imprevistos. O limite fundamental entre o serviço público e a privacidade seria desrespeitado com a formalização. Ninguém em sã consciência deixaria sua chave num lugar desses. O serviço deve ser prestado como um favor por alguém que possui uma compreensão inabalável da diferença entre a chave de uma pessoa e a vida particular dessa pessoa, ou nem adianta ser prestado.

Vejamos, também, o limite traçado pelo Sr. Jaffe na doceria, dobrando a esquina – um limite tão bem assimilado por seus fregueses e por outros comerciantes, que eles podem conviver com tal limite a vida inteira sem pensar nele conscientemente. Numa manhã como outra qualquer do inverno passado, o Sr. Jaffe, que é tratado por Bernie, e sua mulher, chamada Ann, acompanharam atentos as crianças atravessando a esquina a caminho da Escola Primária 41, como Bernie sempre faz, porque acha necessário; emprestou um guarda-chuva a um freguês e um dólar a outro; aceitou ficar com duas chaves; guardou pacotes que seriam entregues aos moradores do prédio vizinho, que estavam fora; passou um sermão em dois adolescentes que pediram cigarros; deu indicações de ruas; aceitou ficar com um relógio para entregar ao relojoeiro quando ele abrisse, mais tarde; deu informação a uma pessoa sobre o preço dos aluguéis no bairro; ouviu uma história de problemas domésticos e deu apoio; disse a uns arruaqueiros que não poderiam entrar se não se comportassem e depois explicou o que significa bom comportamento (e o obteve); promoveu um debate casual de meia dúzia de reuniões entre fregueses que foram comprar miudezas; separou alguns jornais e revistas recém-chegados para fregueses constantes que precisam deles; aconselhou uma mãe que fora comprar um presente de aniversário a não levar o navio de montar porque outra criança que ia à mesma festa já daria isso; e conseguiu um jornal do dia anterior (este foi para mim), em meio aos exemplares devolvidos, quando o distribuidor passou na mercearia.

Depois de refletir sobre essa multiplicidade de serviços não comerciais, perguntei a Bernie: “Você apresenta seus fregueses uns aos outros?”

Ele pareceu ficar espantado, até assombrado. “Não”, disse, pensativo. “Isso não seria apropriado. Às vezes, se sei que dois fregueses que estão aqui ao mesmo tempo têm interesses em comum, puxo o assunto e deixo que eles decidam se o levam adiante. Não, eu não os apresentaria.”

Quando contei isso a uma conhecida minha do subúrbio, ela logo concluiu que o Sr. Jaffe achava que fazer a apresentação significaria dar um passo além de sua classe social. Nada disso. No nosso bairro, lojistas como os Jaffes desfrutam uma posição social excelente, a de comerciantes. Quanto à renda familiar, eles conseguem igualar-se à média dos fregueses e, quanto à independência, estão bem acima. O conselho deles, como homem e mulher de bom-senso e experiência, é procurado e respeitado. São bem conhecidos mais como indivíduos do que como representantes de uma classe. Não. Trata-se daquele limite bem traçado, imposto quase inconscientemente, o limite entre o mundo urbano público e o mundo privado.

Esse limite pode ser mantido, sem que ninguém estranhe, pela grande variedade de oportunidades para contato público nos negócios instalados ao longo das calçadas ou nas próprias calçadas, já que as pessoas se movimentam para lá e para cá ou param quando sentem vontade, e também pela presença de muitos anfiteatros públicos, por assim dizer, os proprietários de locais de encontro, como o de Bernie, onde se tem a liberdade de ficar mais tempo ou de entrar e sair rápido, sem amarras.

Com um relacionamento assim, é possível conhecer na vizinhança todo tipo de pessoa sem estabelecer laços indesejados, sem haver chateação, necessidade de desculpas, explicações, receio de ofender, constrangimentos com imposições ou compromissos e toda a parafernália de obrigações dessa espécie que vem junto com os relacionamentos menos restritos. É possível conviver bem nas calçadas com pessoas que são bastante diferentes entre si e, com o passar do tempo, é possível até a convivência pública familiar com elas. Tais relacionamentos podem durar, e duram, anos a fio, décadas; nunca poderiam ter se formado sem aquele limite, muito menos ser prolongados. Formam-

-se exatamente porque estão ao alcance das pessoas em suas saídas costumeiras.

Compartilhar é um termo legitimamente aversivo para um velho ideal da teoria do planejamento urbano. Esse ideal é o de que, se há algo a dividir entre as pessoas, deve-se dividir ainda mais. O compartilhar, aparentemente um recurso espiritual dos novos subúrbios, tem um efeito destrutivo nas cidades. A exigência de partilhar mais afasta os moradores das cidades.

Quando uma área da cidade carece de vida nas calçadas, os moradores desse lugar precisam ampliar sua vida privada se quiserem manter com seus vizinhos um contato equivalente. Devem decidir-se por alguma forma de compartilhar, pela qual se divida mais do que na vida das calçadas, ou então decidir-se pela falta de contato. O resultado é inevitavelmente ou um ou outro; tem de ser assim, e ambos têm consequências penosas.

Quanto ao primeiro resultado, em que se partilha mais, as pessoas tornam-se excessivamente exigentes em relação a quem são seus vizinhos ou com quem eles se relacionam. Elas precisam tornar-se exigentes. Uma amiga minha, Penny Kostritsky, que mora numa rua de Baltimore, encontra-se nesse dilema, com relutância e a contragosto. A rua onde vive, que não tem nada além de residências e está em meio a uma área que não tem nada além de residências, ganhou em caráter experimental um simpático calçadão arborizado. A calçada foi ampliada e recebeu um bonito pavimento; os veículos passaram a evitar a rua estreita; plantaram-se árvores e flores e pretende-se colocar lá uma escultura. Todas são ideias esplêndidas, mas não passam disso.

Todavia, não há estabelecimentos comerciais. As mães que moram em quadras próximas e saem com seus filhos pequenos vão aí para manter algum contato com outras pessoas. Elas obrigatoriamente entram na casa de conhecidos na rua para se aquecer no inverno, telefonar, levar as crianças necessitadas ao banheiro. As donas das casas oferecem-lhes café, pois não há onde comprar um café, e surgiu naturalmente à volta do calçadão uma vida social considerável desse tipo. Partilha-se muito.

Penny Kostritsky, que mora numa das casas com boa localização e tem duas crianças pequenas, está mergulhada nessa vida social próxima e casual. “Perdi a vantagem de morar na cidade”, conta ela, “sem usufruir as vantagens de morar num subúrbio.” Mais penoso que isso, quando mães de renda familiar, raça ou escolaridade diferentes trazem os filhos para o calçadão, elas e as crianças são discriminadas com rudeza. Não se enquadram direito no modo suburbano de convivência na vida privada que nasceu da falta de vida urbana nas calçadas. Propositadamente, o calçadão não tem bancos; o pessoal que defende o compartilhar desistiu deles porque poderiam ser interpretados como um convite para pessoas que não se enquadram.

“Poderíamos pelo menos ter algumas lojas na rua”, lamenta-se Penny Kostritsky. “Pelo menos uma mercearia ou uma farmácia ou um barzinho. Daí os telefonemas e as visitas de inverno e os encontros poderiam ocorrer naturalmente em público, e as pessoas agiriam com mais decência com as outras porque todas teriam o direito de estar lá.”

Quase a mesma coisa que ocorre nesse calçadão sem vida pública urbana acontece às vezes em conjuntos e núcleos residenciais de classe média, como, por exemplo, a Chatham Village, de Pittsburgh, famoso modelo do conceito de Cidade-Jardim.

As casas aí são reunidas em núcleos em torno de gramados e áreas de recreação centrais, e todo o empreendimento possui outras instalações para uma convivência próxima, como um clube de moradores que promove festas, bailes, reuniões, atividades femininas coletivas, como jogo de *bridge* e bordado, e realiza ainda bailes e festas infantis. Aí não existe vida pública em nenhuma das acepções urbanas. Há graus variados de uma vida privada ampliada.

O sucesso da Chatham Village como bairro “modelo”, onde se compartilha muito, exigiu que os moradores tivessem padrão de vida, interesses e formação parecidos. São, na maioria, profissionais de classe média e suas famílias¹. Isso obrigou os mo-

1. Neste exato momento, um núcleo representativo abriga, por exemplo, quatro advogados, dois médicos, dois engenheiros, um dentista, um vendedor, um banqueiro, um executivo ferroviário, um executivo de planejamento urbano.

radores a se instalarem bem longe das pessoas diferentes que habitam a cidade ao redor; essas pessoas são, na maioria, também de classe média, mas classe média baixa, e isso é uma diferença e tanto segundo o nível de camaradagem que a boa vizinhança da Chatham Village impõe.

O inevitável isolamento (e homogeneidade) da Chatham Village tem consequências práticas. Para citar um exemplo, o colégio secundário que atende a região tem problemas, como todas as escolas. A Chatham Village é suficientemente grande para ser majoritária na escola primária que suas crianças frequentam e, portanto, para ajudar a solucionar seus problemas. No entanto, com relação à escola secundária, os moradores da Chatham Village precisam relacionar-se com bairros inteiramente diferentes. Mas não existe relacionamento público, nem confiança pública informal, nem relacionamento com as pessoas certas – e também não há a prática ou a desenvoltura de lançar mão dos recursos mais banais da vida pública urbana num nível mínimo. Sentindo-se impotentes, como sem dúvida são, algumas famílias da Chatham Village mudam-se quando os filhos chegam à idade da escola secundária; outras dão um jeito de mandá-los para colégios particulares. Ironicamente, esses mesmos bairros ilhados como Chatham Village é que são incentivados pelo urbanismo ortodoxo nos locais específicos em que as cidades necessitam do talento e da atuação estabilizadora da classe média. Essas qualidades – presume-se – devem ser assimiladas por osmose.

As pessoas que não se enquadram de boa vontade em tais núcleos acabam indo embora, e com o tempo os corretores tornam-se mais exigentes na escolha dos pretendentes que se enquadram. Junto com as semelhanças básicas de padrão de vida, valores e formação, esse esquema parece exigir uma enorme dose de paciência e tato.

Um planejamento residencial urbano que dependa de uma classificação individual desse tipo e a cultive, para que exista relacionamento entre vizinhos, em geral não funciona bem socialmente; funciona, quando muito, de maneira restrita, com pessoas de classe média alta autosseleccionadas em seu meio. Ape-

nas soluciona problemas simples de uma população dócil. Até onde pude averiguar, no entanto, não funciona, mesmo em seus próprios termos, *com nenhum outro tipo de população*.

O resultado mais comum nas cidades, onde as pessoas se veem diante da opção de compartilhar muito ou nada, é o nada. Em lugares da cidade que careçam de uma vida pública natural e informal, é comum os moradores manterem em relação aos outros um isolamento extraordinário. Se o mero contato com os vizinhos implica que você se envolva na vida deles, ou eles na sua, e se você não puder selecionar seus vizinhos como a classe média alta costuma fazer, a única solução lógica que resta é evitar a amizade ou o oferecimento de ajuda eventual. É melhor manter-se bem afastado. O resultado disso na prática é que se deixam de realizar as obrigações públicas comuns – como cuidar das crianças –, nas quais as pessoas precisam ter um pouco de iniciativa pessoal, ou aquelas em que é preciso associar-se por um propósito comum. O fosso que essa situação abre atinge proporções incríveis.

Por exemplo, num conjunto residencial de Nova York projetado, como todo projeto habitacional ortodoxo, para compartilhar ou tudo ou nada, uma mulher muito comunicativa gabava-se de ter conhecido, por iniciativa própria, todas as mães de cada uma das noventa famílias de seu prédio. Telefonava para elas. Segurava todas elas para conversar, na porta ou no saguão. Para puxar assunto, bastava estar sentada no mesmo banco.

Um dia, o filho dela de oito anos ficou preso no elevador e não foi acudido por mais de duas horas, apesar de ter gritado, chorado e esmurrado a porta. No dia seguinte, a mãe contou, abismada, a uma de suas noventa conhecidas. “Ah, era *seu* filho?”, disse a outra mulher. “Eu não sabia de quem ele era filho. Se eu soubesse que era *seu* filho, eu o teria socorrido.”

Essa senhora, que não se comportava desse modo insensível e insensato na via pública tradicional – à qual, aliás, ela costumava retornar para sua vida pública –, tinha receio de um possível envolvimento que não fosse fácil de restringir à esfera pública.

Há dezenas de exemplos desse tipo nos lugares em que a opção é compartilhar ou tudo ou nada. A assistente social Ellen

Lurie fez um relatório amplo e detalhado sobre a vida num conjunto habitacional de baixa renda do East Harlem, que diz o seguinte:

É (...) extremamente importante reconhecer que, por motivos consideravelmente complexos, muitos adultos não querem se envolver em nenhum relacionamento de amizade com os vizinhos ou, se tiverem de se render à necessidade de algum tipo de vida social, limitam-se a um ou dois amigos, a não mais do que isso. As mulheres repetem vezes sem conta a advertência dos maridos:

“Não devo me tornar muito amiga de ninguém. Meu marido não confia em amizades.”

“As pessoas são muito fofoqueiras, e podem nos meter num monte de encrencas.”

“É melhor cada um cuidar da sua vida.”

Uma das mulheres, Sra. Abraham, sempre sai pela porta dos fundos do prédio porque não quer contato com as pessoas que ficam na parte da frente. E também um homem, Sr. Colan (...), não permite que sua mulher faça amizades no prédio, por não confiar nas pessoas que lá residem. Eles não deixam que seus quatro filhos, de 8 a 14 anos, desçam sozinhos, receosos de que alguém os machuque². A consequência disso é que várias famílias colocam todo tipo de barreira para garantir a segurança pessoal. Elas mantêm os filhos dentro do apartamento para protegê-los de uma vizinhança que desconhecem. Para proteger-se, fazem poucas amizades, quando fazem. Alguns têm medo de que os amigos fiquem zangados ou invejosos e inventem um caso para contar à administradora, trazendo-lhes problemas. Se o marido consegue uma bonificação (que ele decide não contar a ninguém) e a mulher compra cortinas novas, as visitas podem contar à administradora, que, por sua vez, investiga e lança um aumento de aluguel. A desconfiança e o temor de problemas geralmente adquirem mais importância que qualquer necessidade de aconselhamento ou ajuda dos vizinhos. Para essas famílias, o significado de privacidade já foi bastante deturpado. Os maiores segredos, todas as confidências familiares, são bem conhecidos não só da administradora, mas geralmente também dos órgãos públicos, como o Departamento de Bem-Estar Social. Para preservar o que

2. Isso é muito comum em conjuntos habitacionais de Nova York.

resta de privacidade, as famílias preferem evitar relacionamentos próximos. Esse mesmo fenômeno pode ser percebido, em grau bem menor, em cortiços, porque também neles se torna necessário, por outras razões, criar formas de autoproteção. Todavia, é sem dúvida verdade que esse afastamento da vida social é muito mais intenso nos conjuntos habitacionais planejados. Até mesmo na Inglaterra, essa desconfiança com relação aos vizinhos e o conseqüente isolamento foram relatados em estudos sobre cidades planejadas. Talvez esse comportamento não seja senão um mecanismo grupal complexo de proteção e preservação da dignidade pessoal diante de tantas pressões externas para a adaptação.

No entanto, pode-se encontrar, ao lado do isolamento, um nível considerável de partilha nesses lugares. A assistente Lurie aborda esse tipo de relacionamento:

É comum duas mulheres de prédios diferentes se encontrarem e se reconhecerem na lavanderia. Ainda que anteriormente não tenham trocado uma palavra na Rua 99, nesse outro local se tornam, de repente, “amigas de infância”. Se uma delas já tem uma ou duas amigas no prédio, a outra muito provavelmente será recebida nesse círculo e começará a fazer amizades próprias, não com mulheres moradoras de seu andar, mas no andar da amiga.

Essas amizades não se ampliam indefinidamente. Há certos traços definidos dentro do conjunto, e depois de algum tempo não se encontram mais pessoas diferentes.

Ellen Lurie, que faz um bem-sucedido trabalho de organização comunitária no East Harlem, pesquisou a história das várias tentativas antigas de reunir moradores de conjuntos habitacionais. Ela me revelou que o partilhar é que dificulta esse tipo de associação. “Não faltam líderes natos nessas moradias”, diz ela. “Há nelas pessoas com muita capacidade, algumas delas maravilhosas, mas o que ocorre normalmente é que, no processo de organização, os líderes se conhecem, se envolvem na vida social dos outros e acabam conversando apenas entre si. Eles não encontram seguidores. A tendência é limitar-se a grupos reduzidos, como se fosse um processo natural. Não existe uma vida pública

normal. Já é difícil as pessoas perceberem o que está acontecendo. Tudo isso torna o mais simples retorno social excessivo para essas pessoas.”

Ao se verem diante da alternativa de partilhar ou muito ou nada, os habitantes de zonas residenciais urbanas não planejadas sem comércio e sem vida nas calçadas parecem às vezes passar por processo idêntico ao dos moradores de conjuntos habitacionais. Assim, os pesquisadores que saíram à caça dos segredos da estrutura social de um distrito apagado e desvitalizado de Detroit chegaram à conclusão de que não havia estrutura social alguma.

A estrutura social da vida nas calçadas depende em parte do que pode ser chamado de uma figura pública autônoma. A figura pública é aquela que tem contato frequente com um amplo círculo de pessoas e interesse em tornar-se uma figura pública. Ela não precisa ter nenhum talento ou conhecimento especial para desempenhar sua função, embora quase sempre os tenha. Precisa apenas estar presente, e é necessário que possua um número adequado de pares. Sua principal qualificação é *ser pública*, conversar com várias pessoas diferentes. É assim que se transmitem as notícias que são do interesse das ruas.

A maioria das personagens de rua está estabelecida em locais públicos. São pessoas que cuidam de lojas ou de bares ou coisa parecida. Essas são as figuras públicas fundamentais. Todas as outras figuras públicas das ruas dependem delas – ainda que indiretamente, pela existência de caminhos na calçada em direção a esses empreendimentos e seus proprietários.

Os funcionários e os sacerdotes das associações comunitárias, dois tipos mais formais de figuras públicas, normalmente dependem dos sistemas de transmissão de informações boca a boca de rua, que têm ramificações nas lojas. O diretor de uma associação comunitária do Lower East Side de Nova York, por exemplo, faz uma ronda regular pelos estabelecimentos comerciais. O tintureiro que lhe lava os ternos revela a ele que há traficantes de drogas no bairro. O merceiro revela a ele que os Dragões estão aprontando alguma e é preciso ficar atento. Na confeitaria, toma

conhecimento de que duas garotas estão insuflando os Esportistas para uma briga de gangues. Um de seus pontos de informação mais importantes é a caixa de pão da Rua Rivington, que não é utilizada para essa finalidade. Fica diante de uma mercearia, entre a associação comunitária, uma confeitaria e um pátio com espelho d'água, e é usada para sentar ou se encostar. Um recado dado ali para qualquer adolescente num perímetro de várias quadras chega aos ouvidos dele infalivelmente e com rapidez surpreendente, e em sentido contrário, através das informações boca a boca, os recados também chegam rapidamente até a caixa de pão.

Blake Hobbs, diretor da escola de música do Núcleo Comunitário Union, no East Harlem, observa que, quando ele recebe um primeiro aluno de uma quadra próxima da velha rua movimentada, chegam logo depois pelo menos mais três ou quatro alunos e às vezes todas as crianças da quadra. Mas, quando se trata de um aluno dos conjuntos habitacionais próximos – talvez depois de indicações em conversas na escola pública ou no *playground* –, ele quase nunca consegue imediatamente outros alunos. As notícias não correm nos locais onde faltam figuras públicas e vida nas calçadas.

Além das figuras públicas ancoradas na calçada e de outras bem conhecidas que ficam circulando, é bem capaz de haver muitas outras figuras públicas mais diferenciadas numa rua urbana. Curiosamente, algumas delas ajudam a criar uma identidade não só para elas mesmas, mas também para outras. É o que indica uma reportagem de São Francisco sobre a vida cotidiana de um tenor aposentado em lugares públicos, como um restaurante ou uma quadra de bocha: “Conta-se que por causa de sua vivacidade, de seu jeito dramático e de seu eterno interesse pela música, Meloni passa para seus vários amigos a sensação de também serem importantes.” É exatamente isso.

Não é necessário ter a arte ou a personalidade de um homem como esse para tornar-se uma figura diferenciada da rua, apenas possuir alguma particularidade adequada. É fácil. Sou uma figura pública diferenciada de menor importância na minha rua, por causa, é claro, da presença fundamental das figuras públicas

essenciais, ancoradas. A razão de eu ter-me tornado tal figura deve-se ao fato de que o Greenwich Village, onde moro, travava uma batalha horrenda interminável para evitar que seu principal parque fosse cortado por uma via expressa. Durante essa luta, sob o comando do organizador do comitê que ficava do outro lado do Greenwich Village, assumi a tarefa de deixar em lojas dos quarteirões vizinhos à minha rua abaixo-assinados protestando contra a via expressa proposta. Os fregueses assinavam os documentos quando iam às lojas e eu passava periodicamente para apanhá-los³. A consequência do meu engajamento nesse trabalho de mensageiro foi tornar-me automaticamente uma figura pública com relação à estratégia do abaixo-assinado. Logo depois, por exemplo, o Sr. Fox, da loja de bebidas, consultou-me, enquanto embrulhava uma garrafa, sobre o que poderíamos fazer para a prefeitura remover um monstrengo, há muito abandonado e perigoso – um banheiro público fechado próximo à esquina. Se eu me responsabilizasse pela redação da petição e conseguisse entregá-la à prefeitura, propôs o Sr. Fox, ele e seus sócios se encarregariam de imprimir cópias, distribuí-las e recolhê-las. Não demorou para os estabelecimentos vizinhos receberem os abaixo-assinados para a remoção do banheiro público. Atualmente, nossa rua tem vários peritos públicos em táticas de petição, inclusive crianças.

As figuras públicas não só espalham notícias e sabem as notícias, por assim dizer, no varejo; elas se relacionam e espalham as novidades por atacado, de fato.

A vida na rua, tanto quanto eu possa perceber, não nasce de um dom ou de um talento desconhecido deste ou daquele tipo de população. Só surge quando existem as oportunidades concretas, tangíveis, de que necessita. Coincidentemente, são as mesmas oportunidades, com a mesma abundância e constância, necessárias para cultivar a segurança nas calçadas. Se elas não existirem, os contatos públicos nas ruas também não existirão.

3. Esse recurso é, aliás, bastante eficaz: realiza com um esforço infimo o que seria um trabalho enorme porta a porta. Também provoca mais conversas e a opinião pública do que as visitas de porta em porta.

Os ricos têm muito mais maneiras de satisfazer necessidades do que os mais pobres, que dependem mais da vida nas ruas – desde saber de empregos até serem reconhecidos pelo *maître* do restaurante. Mesmo assim, muitos dos ricos ou quase ricos das cidades parecem apreciar a vida nas ruas tanto quanto qualquer pessoa. Eles fazem de tudo, até pagar aluguéis fabulosos, para mudar-se para locais com uma vida de rua exuberante e variada. Eles até tomam o lugar das classes média e baixa em áreas alegres, como Yorkville ou o Greenwich Village, em Nova York, ou Telegraph Hill, vizinho da área de North Beach, em São Francisco. Depois de uma moda que dura no máximo duas décadas, abandonam por capricho as ruas monótonas das “áreas residenciais tranquilas”, deixando-as para os menos afortunados. Basta conversar com os moradores de Georgetown, no Distrito de Colúmbia, que na segunda ou terceira frase eles já estarão falando entusiasmados dos restaurantes agradáveis – “mais restaurantes bons que em qualquer parte da cidade” –, a singularidade e o bom atendimento do comércio, o prazer de encontrar pessoas quando se sai para dar uma volta – tudo não passa de orgulho pelo fato de Georgetown ter-se tornado um distrito exclusivo de compras em toda a área metropolitana. Falta ainda descobrir a parte da cidade – rica ou pobre ou meio-termo – que seja prejudicada por tal vivacidade instigante e tal profusão de contatos nas ruas.

A eficiência das figuras públicas diminui drasticamente se a pressão sobre elas for muito grande. Uma loja, por exemplo, pode sofrer uma reviravolta em seus contatos, ou contatos potenciais, que se tornam tão amplos e superficiais, que ela própria perde sua utilidade social. Um exemplo disso é a doceria e banca de jornais da cooperativa habitacional de Corlears Hook, no Lower East Side de Nova York. Essa loja planejada do condomínio tomou o lugar de pelo menos quarenta estabelecimentos mais ou menos parecidos, que foram demolidos no local e em áreas adjacentes (sem que os proprietários fossem indenizados). O lugar parece uma fábrica. Os balconistas ficam tão preocupados em largar o serviço e gritar ameaças inócuas para os desordeiros, que não ouvem nada, exceto “Quero isto”. Um desinte-

resse profundo como esse é o clima que predomina nos lugares em que um centro comercial planejado ou um zoneamento repressivo inventam artificialmente monopólios comerciais nos bairros. Um estabelecimento como aquele seria um fracasso se tivesse concorrência. Ao mesmo tempo, embora o monopólio lhe garanta o sucesso financeiro previsto, socialmente ele não atende à cidade.

O contato público e a segurança nas ruas, juntos, têm relação direta com o mais grave problema social do nosso país: segregação e discriminação racial.

Não estou dizendo que o planejamento e o desenho de uma cidade, ou seus tipos de ruas e de vida urbana, possam vencer automaticamente a segregação e a discriminação. Várias outras iniciativas são imprescindíveis para corrigir essas injustiças.

Todavia, afirmo, sim, que urbanizar ou reurbanizar metrópoles cujas ruas sejam inseguras e cuja população deva optar entre partilhar muito ou não partilhar nada *pode* tornar *muito mais difícil* para as cidades norte-americanas superar a discriminação, sejam quais forem as iniciativas empreendidas.

Levando em consideração a intensidade do preconceito e do medo que acompanham a discriminação e a encorajam, superar a segregação espacial é também muito difícil se as pessoas se sentem de algum modo inseguras nas ruas. É difícil superar a discriminação espacial onde as pessoas não tenham como manter uma vida pública civilizada sobre uma base pública fundamentalmente digna e uma vida privada sobre uma base privada.

Sem dúvida podem ser executados aqui e ali planos-modelo de integração habitacional em áreas da cidade prejudicadas pelo perigo e pela falta de vida pública – executados mediante grande empenho e a instituição de uma seleção incomum (nas cidades) de novos vizinhos. Isso é uma fuga em relação à dimensão do problema e à sua premência.

A tolerância, a oportunidade para aparecerem grandes diferenças entre vizinhos – diferenças que frequentemente são mais profundas do que as raciais –, as quais são possíveis e normais numa vida intensamente urbana mas tão estranhas a subúrbios e

pseudossubúrbios, são possíveis e normais só quando as ruas das grandes cidades dispõem de uma infraestrutura que permita uma convivência pacífica com estranhos, em condições civilizadas mas fundamentalmente dignas e reservadas.

Aparentemente despreziosos, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem a pequena mudança a partir da qual pode florescer a vida pública exuberante da cidade.

Los Angeles é um exemplo extremo de metrópole com vida pública escassa, que depende principalmente de uma natureza social mais privada.

De um lado, por exemplo, uma conhecida minha de lá comenta que, apesar de viver na cidade há dez anos e saber que há mexicanos entre os habitantes, ela nunca viu um mexicano ou uma peça da cultura mexicana, e muito menos trocou uma palavra com algum deles.

Por outro lado, Orson Welles escreveu que Hollywood é o único centro de artes cênicas do mundo que não conseguiu abrir um bistrô para o pessoal de artes cênicas.

E, em outro aspecto ainda, um dos mais influentes homens de negócios de Los Angeles deparou com uma falha nas relações públicas que seria inaceitável em outras cidades desse porte. Esse executivo, dizendo espontaneamente que a cidade estava "culturalmente atrasada", como ele próprio se expressou, contou-me que ao menos ele estava trabalhando para remediar isso. Chefiava uma comissão de coleta de recursos para um museu de arte de primeira classe. Mais adiante na conversa, depois de me revelar como é a vida no clube dos homens de negócios de Los Angeles, no qual ele despontava como um dos líderes, perguntei-lhe como e em que local a população de Hollywood tinha encontros semelhantes. Ele não foi capaz de responder. Acrescentou então que não conhecia ninguém ligado à indústria do cinema nem sabia de ninguém que conhecesse. "Sei que parece estranho", argumentou. "Estamos felizes de a indústria do cinema estar aqui, mas os que pertencem a ela não são pessoas com quem se tenha contato social."

Aí aparece de novo o partilhar ou isolar-se. Imagine a desvantagem desse sujeito na tentativa de abrir um museu metropo-

litano de arte. Ele não tem como se aproximar com desembaraço, destreza ou confiança dos melhores contribuintes potenciais de sua comissão.

Nos altos escalões econômicos, políticos e culturais, Los Angeles obedece às mesmas premissas provincianas de isolamento social que as ruas com o calçadão ajardinado de Baltimore ou da Chatham Village de Pittsburgh. Faltam a uma metrópole como essa os meios para reunir as ideias necessárias, o entusiasmo necessário, o dinheiro necessário. Los Angeles lançou-se numa empreitada estranha: tentar administrar não apenas conjuntos habitacionais, não apenas áreas apagadas, mas uma metrópole inteira à força do ou partilhar ou isolar-se. Entendo que essa seja uma consequência inevitável nas grandes cidades cuja população careça de vida pública urbana na vida e no trabalho cotidianos.

pseudossubúrbios, são possíveis e normais só quando as ruas das grandes cidades dispõem de uma infraestrutura que permita uma convivência pacífica com estranhos, em condições civilizadas mas fundamentalmente dignas e reservadas.

Aparentemente despreziosos, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem a pequena mudança a partir da qual pode florescer a vida pública exuberante da cidade.

Los Angeles é um exemplo extremo de metrópole com vida pública escassa, que depende principalmente de uma natureza social mais privada.

De um lado, por exemplo, uma conhecida minha de lá comenta que, apesar de viver na cidade há dez anos e saber que há mexicanos entre os habitantes, ela nunca viu um mexicano ou uma peça da cultura mexicana, e muito menos trocou uma palavra com algum deles.

Por outro lado, Orson Welles escreveu que Hollywood é o único centro de artes cênicas do mundo que não conseguiu abrir um bistrô para o pessoal de artes cênicas.

E, em outro aspecto ainda, um dos mais influentes homens de negócios de Los Angeles deparou com uma falha nas relações públicas que seria inaceitável em outras cidades desse porte. Esse executivo, dizendo espontaneamente que a cidade estava "culturalmente atrasada", como ele próprio se expressou, contou-me que ao menos ele estava trabalhando para remediar isso. Chefiava uma comissão de coleta de recursos para um museu de arte de primeira classe. Mais adiante na conversa, depois de me revelar como é a vida no clube dos homens de negócios de Los Angeles, no qual ele despontava como um dos líderes, perguntei-lhe como e em que local a população de Hollywood tinha encontros semelhantes. Ele não foi capaz de responder. Acrescentou então que não conhecia ninguém ligado à indústria do cinema nem sabia de ninguém que conhecesse. "Sei que parece estranho", argumentou. "Estamos felizes de a indústria do cinema estar aqui, mas os que pertencem a ela não são pessoas com quem se tenha contato social."

Aí aparece de novo o partilhar ou isolar-se. Imagine a desvantagem desse sujeito na tentativa de abrir um museu metropo-

litano de arte. Ele não tem como se aproximar com desembaraço, destreza ou confiança dos melhores contribuintes potenciais de sua comissão.

Nos altos escalões econômicos, políticos e culturais, Los Angeles obedece às mesmas premissas provincianas de isolamento social que as ruas com o calçadão ajardinado de Baltimore ou da Chatham Village de Pittsburgh. Faltam a uma metrópole como essa os meios para reunir as ideias necessárias, o entusiasmo necessário, o dinheiro necessário. Los Angeles lançou-se numa empreitada estranha: tentar administrar não apenas conjuntos habitacionais, não apenas áreas apagadas, mas uma metrópole inteira à força do ou partilhar ou isolar-se. Entendo que essa seja uma consequência inevitável nas grandes cidades cuja população careça de vida pública urbana na vida e no trabalho cotidianos.

4. OS USOS DAS CALÇADAS: INTEGRANDO AS CRIANÇAS

Entre as superstições do planejamento urbano e do planejamento habitacional existe uma fantasia sobre a transformação das crianças. Ela é assim: a população infantil é condenada a brincar nas ruas. Essas crianças pálidas e raquíticas, num ambiente moral funesto, contam umas às outras mentiras sobre sexo, abafando o riso maldoso e aprendendo novas formas de degradação de modo tão eficiente como se estivessem num reformatório. Essa situação é chamada de “preço moral e físico pago por nossas crianças nas ruas”, às vezes denominada apenas “sarjeta”.

Pudera essas crianças carentes serem retiradas das ruas e colocadas em *playgrounds*, com equipamentos para se exercitar, espaço para correr, gramados para lhes encantar a alma! Lugares limpos e alegres, cheios de risos de crianças correspondendo a um ambiente saudável. É demais para uma fantasia.

Vejamos uma história real, registrada por Charles Guggenheim, documentarista de St. Louis. Guggenheim estava fazendo um filme a respeito das atividades numa creche de período integral em St. Louis. Ele observou que no final da tarde quase a metade das crianças ia embora com muita relutância.

Guggenheim ficou tão curioso, que decidiu investigar. Sem exceção, as crianças que iam embora a contragosto vinham de um conjunto habitacional próximo. E, também sem exceção, todas

as que saíam de boa vontade vinham dos cortiços antigos de ruas próximas. O mistério, concluiu Guggenheim, era simples. Ao voltar para o conjunto habitacional, com seus generosos gramados e *playgrounds*, as crianças passavam por um corredor polonês formado por valentões, que as faziam esvaziar os bolsos ou então as espancavam, às vezes ambas as coisas. Essas crianças pequenas não conseguiam voltar para casa todos os dias sem sofrer essa provação aterrorizante. Guggenheim descobriu que as crianças que voltavam para as ruas tradicionais não corriam o risco de extorsão. Elas tinham uma quantidade enorme de ruas para escolher e, espertas, escolhiam as mais seguras. “Se alguém implicasse com elas, havia sempre um comerciante a quem podiam recorrer ou alguém que as ajudasse”, relata Guggenheim. “Tinham também várias rotas de fuga, caso alguém tentasse emboscá-las. Esses garotinhos sentiam-se seguros e cheios de si e gostavam de voltar para casa.” Guggenheim notou que o terreno ajardinado e o *playground* do conjunto habitacional eram extremamente desinteressantes; pareciam sempre desertos, em comparação com as ruas tradicionais da vizinhança, cheias de coisas interessantes, diversidade e elementos tanto para a máquina fotográfica quanto para a imaginação.

Vejamos outra história real, uma guerra de gangues juvenis durante o verão de 1959, em Nova York, que culminou com a morte de uma garota de quinze anos que não tinha relação alguma com a briga, e estava apenas no espaço do conjunto habitacional onde morava. Os acontecimentos que levaram à tragédia desse dia e o palco onde ocorreram foram descritos da seguinte maneira pelo *New York Post*, mais tarde, durante o julgamento:

O primeiro tumulto ocorreu por volta do meio-dia, quando os Esportistas invadiram o território dos Garotos da Rua Forsyth, no Parque Sara Delano Roosevelt¹ (...). De tarde, os Garotos da Rua

1. A Rua Forsyth margeia o Parque Sara Delano Roosevelt, que ocupa várias quadras; o reverendo Jerry Oniki, pastor de uma igreja vizinha, foi citado pelo *New York Times* com referência à influência do parque sobre as crianças: “No parque há todo tipo de imoralidade que se possa imaginar.” Contudo, o próprio parque já havia recebido elogios de especialistas; entre os exemplos utilizados num artigo de 1942 sobre o barão Haussmann, que reurbanizou Paris, escrito por Robert Moses, que reurbanizou Nova York, o recém-construído Parque Sara Delano Roosevelt foi considerado um feito comparável à Rue de Rivoli de Paris!

Forsyth decidiram utilizar suas armas mais poderosas, uma espingarda e bombas de gasolina (...). Em meio à batalha, também no Parque Sara Delano Roosevelt (...) um garoto de 14 anos da Rua Forsyth foi morto a facadas, e dois outros meninos, um de 11 anos, ficaram gravemente feridos (...). Por volta das 9 horas da noite [sete ou oito garotos da Rua Forsyth] apareceram de repente no reduto dos Esportistas, perto do conjunto habitacional Lillian Wald, e, da terra de ninguém da Avenida D [limite do terreno do conjunto], lançaram as bombas de gasolina sobre o grupo, ao mesmo tempo que Cruz se agachava e disparava a espingarda.

Onde ocorreram essas três batalhas? Num parque e numa espécie de parque do conjunto habitacional. Após revoltas desse tipo, um dos paliativos a que invariavelmente se recorre são mais parques e *playgrounds*. Ficamos desorientados pela força dos símbolos.

As “gangues de rua” travam suas “brigas de rua” principalmente em parques e *playgrounds*. Quando o *New York Times*, em setembro de 1959, fez uma retrospectiva das piores batalhas de gangues juvenis durante a década na cidade, absolutamente todas ocorreram num parque. Além do mais, e cada vez com maior frequência, não só em Nova York como também em outras cidades, as crianças que participam desses horrores são identificadas como moradoras dos conjuntos habitacionais das superquadras, onde se conseguiu tirar das ruas as brincadeiras cotidianas (as próprias ruas foram eliminadas na maioria). A área de maior criminalidade no Lower East Side de Nova York, onde ocorreu a guerra de gangues descrita acima, é exatamente uma espécie de parque existente nos conjuntos habitacionais. As duas gangues mais famosas do Brooklyn estão enraizadas nos dois conjuntos mais antigos. Ralph Whelan, diretor do Conselho Juvenil de Nova York, revela, segundo o *New York Times*, “um aumento constante nos índices de delinquência” onde quer que se construa um novo conjunto habitacional. A mais temida gangue de garotas de Filadélfia nasceu no segundo mais antigo conjunto habitacional, e a região de maior delinquência coincide com a região dos maiores conjuntos habitacionais. Em St. Louis, o conjunto onde Guggenheim des-

cobriu a prática de extorsão é considerado relativamente seguro em comparação com o maior conjunto da cidade – 230 mil metros quadrados ocupados na maioria por gramados, pontilhados de *playgrounds* e despojados de ruas urbanas, o principal ninho de delinquência daquela cidade². Esses conjuntos habitacionais mostram, entre outras coisas, a intenção de tirar as crianças das ruas. Esse objetivo faz parte de sua concepção.

Os resultados decepcionantes não surpreendem. As mesmas normas de segurança urbana e vida pública que servem para os adultos servem para as crianças, a não ser pelo fato de que as crianças são bem mais vulneráveis ao perigo e à violência que os adultos.

Na vida real, que mudança significativa ocorre *de fato* se as crianças são transferidas de uma rua cheia de vida para os parques ou para os *playgrounds* públicos ou de conjuntos habitacionais?

Na maioria dos casos (não em todos, felizmente), a mudança mais significativa é esta: as crianças saem de sob os olhos vigilantes de uma grande quantidade de adultos para um lugar onde a proporção de adultos é baixa ou inexistente. Achar que isso representa um progresso em termos de educação infantil urbana é pura ilusão.

As próprias crianças da cidade sabem disso, e há muitas gerações. “Quando queríamos fazer alguma coisa proibida, sempre íamos ao Parque Lindy, porque lá não havia adultos para nos vigiar”, diz Jesse Reichek, artista que cresceu no Brooklyn. “A maior parte do tempo brincávamos na rua, onde não conseguíamos driblar a vigilância.”

A vida de hoje é igual. Meu filho, ao contar como escapou de quatro garotos que tentaram bater nele, disse: “Tive medo que eles me pegassem ao atravessar o parquinho. Se eles me pegassem lá, eu estaria ferrado!”

Poucos dias depois do assassinato de dois garotos de dezesseis anos num *playground* do West Side, na região central de

2. Este também ganhou elogios de especialistas; foi muito reverenciado nos círculos habitacionais e arquitetônicos ao ser construído, entre 1954 e 1956, e recebeu ampla divulgação como um esplêndido exemplo de planejamento habitacional.

Manhattan, fiz uma visita melancólica ao local. As ruas vizinhas tinham evidentemente voltado ao normal. Centenas de crianças, sob a vigilância dos olhos de inúmeros adultos, que também usavam as calçadas ou estavam nas janelas, estavam entretidas numa variedade enorme de brincadeiras de rua e pega-pegas barulhentos. As calçadas eram sujas, estreitas demais para o que se exigia delas e careciam da sombra de árvores. Mas aí não se via nenhum incêndio criminoso, nem violência contra pessoas, nem a proliferação de armas perigosas. No parquinho onde ocorrera o assassinato de noite, aparentemente tudo também voltara ao normal. Três garotinhos estavam acendendo uma fogueira sob um banco de madeira. Alguém batia a cabeça de outro garoto contra o concreto. O zelador estava compenetrado em arriar do mastro, solene e vagorosamente, a bandeira norte-americana.

Ao voltar para casa e passar pelo relativamente pacífico *playground* próximo do local onde moro, percebi que seus únicos frequentadores, no final da tarde, após a saída de todas as mães e do zelador, eram dois meninos pequenos ameaçando golpear com seus patins uma garotinha, e também um bêbado, que se tinha recomposto para balançar a cabeça e resmungar que eles não deviam fazer aquilo. Mais adiante na rua, num quarteirão cheio de imigrantes porto-riquenhos, havia outra cena contrastante. Vinte e oito crianças de todas as idades brincavam na calçada, e nada de violência, incêndios criminosos ou qualquer ocorrência mais séria que uma disputa por um saco de balas. Elas estavam sob a vigilância ocasional de adultos que se encontraram e conversavam na calçada. A vigilância era só aparentemente ocasional, como ficou provado quando estourou a disputa pelas balas, e a paz e a justiça foram restabelecidas. Os adultos nem sempre eram os mesmos, porque outros apareciam nas janelas e outros passavam para lá e para cá, ou se detinham um pouco. Mas a quantidade de adultos permaneceu praticamente constante – entre oito e onze – durante a hora em que fiquei observando. Chegando a minha casa, notei que do nosso lado da quadra, defronte do prédio de apartamentos, da alfaiataria, de casa, da lavanderia, da pizzaria e da quitanda, doze crianças brincavam na calçada sob as vistas de catorze adultos.

Sem dúvida, nem todas as calçadas têm essa espécie de vigilância, e esse é um dos problemas urbanos que o planejamento deveria ajudar a corrigir. Calçadas pouco usadas não oferecem vigilância adequada para a educação de crianças. E as calçadas também não podem ser seguras, mesmo com olhos voltados para elas, se tiverem uma vizinhança que troca de endereço constante e rapidamente – outro problema premente do planejamento urbano. Mas os *playgrounds* e os parques próximos dessas ruas são ainda menos saudáveis.

Nem todos os *playgrounds* e os parques são perigosos ou têm vigilância insuficiente, como veremos no próximo capítulo. Porém, os que são saudáveis normalmente se situam em vizinhanças de ruas movimentadas e seguras e onde prevalece nas calçadas um forte espírito de vida pública civilizada. Sejam quais forem as diferenças de segurança e salubridade que existam entre os *playgrounds* e as calçadas de qualquer local, elas invariavelmente favorecem as tão difamadas ruas.

As pessoas que têm a responsabilidade real, não teórica, de criar crianças nas cidades sabem disso muito bem. “Pode sair”, dizem as mães nas cidades, “mas fique na calçada”. Eu mesma digo isso a meus filhos. E com isso queremos dizer mais do que “não vá para a rua porque lá há carros”.

Ao descrever o resgate milagroso de um menino de nove anos que foi empurrado para dentro de uma vala de esgoto por um agressor não identificado – num parque, é claro –, o *New York Times* relatou: “A mãe dissera no mesmo dia aos garotos que não brincassem no Parque High Bridge (...). Depois, ela disse que podiam.” Os amigos do garoto, assustados, tiveram a presença de espírito de correr do parque e voltar para as ruas maléficas, onde conseguiram ajuda rapidamente.

Frank Havey, diretor da associação comunitária do North End, em Boston, diz que os pais toda vez comentam esse problema com ele: “Dizemos aos nossos filhos que brinquem na calçada depois do jantar. Mas temos ouvido falar que as crianças não devem brincar na rua. Será que estamos errados?” Havey diz que estão certos. Ele atribui boa parte dos baixos índices de criminalidade do North End à excelente vigilância das pessoas sobre as

crianças que estão brincando no lugar em que a comunidade se faz mais presente – as calçadas.

Os planejadores da Cidade-Jardim, em seu ódio pelas ruas, acharam que a solução para manter as crianças longe das ruas e sob uma vigilância salutar seria construindo para elas pátios no centro das superquadras. Essa conduta foi herdada pelos projetistas da Cidade-Jardim Radieuse. Hoje, várias amplas áreas reformadas estão sendo replanejadas segundo o princípio dos parques encravados no meio dos quarteirões.

O problema desse arranjo, como se pode constatar nos exemplos existentes de Chatham Village, em Pittsburgh, e Baldwin Hills Village, em Los Angeles, e em núcleos menores com quintais em Nova York e Baltimore, é que nenhuma criança com iniciativa e perspicácia vai permanecer voluntariamente num lugar tão entediante depois dos seis anos de idade. A maioria, antes ainda. Esses mundos “para partilhar” protegidos servem e são utilizados na prática durante três ou quatro anos da vida de uma criança pequena, em vários sentidos os mais fáceis de lidar com elas. Nem mesmo os moradores adultos desses lugares querem desempenhar o papel de crianças mais velhas nesses pátios protegidos. Na Chatham Village e na Baldwin Hills Village, isso é expressamente proibido. Os pequerruchos são decorativos e relativamente dóceis, mas as crianças mais velhas são barulhentas e vigorosas e interferem no ambiente em vez de deixar que ele mexa com elas. Quando o ambiente já é “perfeito”, isso não dá certo. Além do mais, como se pode verificar em exemplos concretos e em plantas de construção, esse tipo de planejamento exige que os prédios estejam voltados para a parte de dentro do pátio. Não fosse assim, a graça do pátio não seria aproveitada e se perderia a facilidade de vigilância e acesso. Dessa forma, os fundos dos prédios, quase sem uso, e, pior ainda, as paredes cegas voltam-se para as ruas. A segurança das calçadas, que não têm um fim específico, é substituída por uma forma de segurança específica para uma parcela específica da população, durante um curto período de sua vida. Quando as crianças ousarem ir mais longe, como se espera que façam e farão, elas estarão mal servidas, como todas as outras pessoas.

Tenho insistido num aspecto negativo da criação das crianças nas cidades: o da segurança – a segurança das crianças contra sua própria perversidade, contra adultos perversos e contra outras crianças. Tenho insistido nisso porque minha intenção é demonstrar, por meio do problema de mais fácil compreensão, a absoluta falta de sentido da fantasia de que os *playgrounds* e os parques sejam locais naturalmente bons para as crianças e as ruas sejam locais naturalmente maus para elas.

Porém as calçadas movimentadas têm também aspectos positivos para a diversão das crianças, e esses aspectos são no mínimo tão importantes quanto a segurança e a proteção.

As crianças da cidade precisam de uma boa quantidade de locais onde possam brincar e aprender. Precisam, entre outras coisas, de oportunidades para praticar todo tipo de esporte e exercitar a destreza física – e oportunidades mais acessíveis do que aquelas de que desfrutam na maior parte dos casos. Ao mesmo tempo, no entanto, precisam de um local perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções do mundo.

É essa espécie de recreação informal que as calçadas propiciam, e as calçadas movimentadas da cidade têm ótimas condições de fazê-lo. Quando se transfere esse divertimento quase caseiro para *playgrounds* e parques, ele não só é garantido com certo risco como há também um esbanjamento de funcionários contratados, equipamentos e espaço que poderiam ser mais bem empregados na forma de novos riques de patinação, piscinas, lagos com botes e diversas outras atividades específicas ao ar livre. O uso genérico e ruim da recreação consome recursos que poderiam ser utilizados para uma recreação específica e saudável.

É uma enorme leviandade desprezar a presença normal de adultos em calçadas cheias de vida e, ao contrário, apostar (idealisticamente) na contratação de substitutos para ela. É uma leviandade não só do ponto de vista social como também econômico, porque as cidades sofrem de uma escassez drástica de dinheiro e de pessoal para utilizar o espaço de maneira mais interessante que com *playgrounds* – e de dinheiro e pessoal para outros aspectos da vida

das crianças. Por exemplo, atualmente as redes municipais de educação têm em média de trinta a quarenta crianças por sala de aula – às vezes mais –, e entre elas se encontram crianças com todo tipo de problema, de desconhecimento do idioma a sérios desequilíbrios emocionais. As escolas públicas necessitam de um aumento em torno de 50 por cento no número de professores para enfrentar problemas graves e também precisam reduzir o tamanho das turmas para proporcionar melhor ensino. Em 1959, os hospitais municipais de Nova York tinham 58 por cento das vagas de enfermagem não preenchidas, e em muitas outras cidades a falta de enfermeiras tornou-se alarmante. As bibliotecas, e mais ainda os museus, têm reduzido o período de funcionamento, principalmente o horário das seções destinadas a crianças. Faltam recursos financeiros para o aumento imprescindível do número de instituições comunitárias nos novos cortiços e nos novos conjuntos habitacionais urbanos. Até mesmo as instituições existentes não dispõem de recursos para a expansão e a alteração necessárias em seus programas, em poucas palavras, mais pessoal. Esse tipo de necessidade deveria ter prioridade máxima nos recursos públicos e filantrópicos – não apenas nos recursos tristemente escassos de hoje, mas em recursos substancialmente maiores.

As pessoas das cidades que têm outros trabalhos e afazeres e, além disso, não dispõem da formação necessária, não podem aventurar-se como professores, enfermeiras, bibliotecários, guardas de museu ou assistentes sociais. Mas, como já o fazem nas calçadas vivas e diversificadas, elas têm condições ao menos de supervisionar a recreação informal das crianças e incorporá-las à sociedade. Elas fazem isso *enquanto se ocupam de suas outras atividades*.

Os urbanistas parecem não perceber quão grande é a quantidade de adultos necessária para cuidar de crianças brincando. Parecem também não entender que espaço e equipamentos não cuidam de crianças. Estes podem ser complementos úteis, mas só pessoas cuidam de crianças e as incorporam à sociedade civilizada.

É uma insanidade urbanizar cidades de modo a desperdiçar esse potencial humano de cuidar das crianças e deixar incomple-

espaço das
crianças

ta essa tarefa essencial – com consequências terríveis – ou obrigar à contratação de substitutos. O mito de que os *playgrounds* e os gramados e os guardas ou supervisores contratados são inerentemente benéficos para as crianças, enquanto as vias públicas, cheias de pessoas comuns, são inerentemente nocivas, revela um profundo desdém pelas pessoas comuns.

Na prática, é só com os adultos das calçadas que as crianças aprendem – se é que chegam a aprender – o princípio fundamental de uma vida urbana próspera: as pessoas devem assumir um pouquinho de responsabilidade pública pelas outras, mesmo que não tenham relações com elas. Trata-se de uma lição que ninguém aprende por lhe ensinarem. Aprende-se a partir da experiência de *outras pessoas sem laços de parentesco ou de amizade íntima ou responsabilidade formal para com você*, que assumem um pouquinho da responsabilidade pública por você. Quando o Sr. Lacey, o chaveiro, dá uma bronca num de meus filhos que correu para a rua e mais tarde relata a desobediência a meu marido quando ele passa pela loja, meu filho recebe mais que uma lição clara sobre segurança e obediência. Recebe também, indiretamente, a lição de que o Sr. Lacey, com quem não temos outras relações que não a de vizinhos, sente-se em certo sentido responsável por ele. O garoto que ficou preso no elevador sem ajuda no conjunto habitacional do “partilhar” ou isolar-se aprende lições diferentes com essa experiência. O mesmo acontece com as crianças que espirram água para dentro das janelas das casas e em transeuntes e não são repreendidas, porque são crianças anônimas num local anônimo.

O ensinamento de que os moradores da cidade devem assumir responsabilidade pelo que acontece nas ruas é dado continuamente a crianças que usufruem a vida pública nas calçadas. Elas conseguem assimilá-lo surpreendentemente cedo. Mostram que o assimilaram ao reconhecer que também fazem parte desse processo. Elas dão indicações (antes de elas serem solicitadas) a pessoas que estão perdidas; advertem um sujeito de que ele levará uma multa se estacionar o carro naquele lugar; sugerem espontaneamente ao síndico do prédio que use sal grosso em vez de talhadeira para partir o gelo. A existência ou a ausência desse

tipo de comportamento nas crianças da cidade é uma indicação muito boa da existência ou da ausência do comportamento responsável de adultos em relação à calçada e às crianças que a utilizam. As crianças imitam as atitudes dos adultos. E isso não tem relação alguma com a renda familiar. Em certas áreas, das mais pobres das cidades, as crianças demonstram que se faz por elas o que há de melhor; em outras, o que há de pior.

Trata-se de uma lição de urbanidade que as pessoas contratadas para cuidar de crianças não têm condições de ensinar, porque a essência dessa responsabilidade é que ela seja exercida sem a necessidade de um contrato. Trata-se de um ensinamento que os pais, por si sós, são incapazes de dar. Se os pais assumem uma pequena responsabilidade por estranhos ou vizinhos numa sociedade em que ninguém a assume, isso vem a significar que esses pais são embaraçosamente diferentes e intrometidos, e não que essa seja a conduta correta. Tal ensinamento deve emanar da própria sociedade, e nas cidades, quando isso ocorre, é quase sempre no período em que as crianças estão brincando espontaneamente nas calçadas.

A diversão em calçadas movimentadas e diversificadas difere de praticamente todos os outros tipos de lazer de que as crianças norte-americanas dispõem hoje: é uma recreação que não se encontra sob as rédeas do matriarcado.

Planejadores e projetistas são, em sua maioria, homens. Estranhamente, eles criam projetos e planos que desconsideram os homens como integrantes da vida diária e normal de onde quer que haja moradias. Ao planejar a vida residencial, o objetivo deles é satisfazer as pretensas necessidades cotidianas de donas de casa ociosas e criancinhas em idade pré-escolar. Resumindo, eles fazem projetos estritamente para sociedades matriarcais.

O ideal do matriarcado está inevitavelmente presente em todo planejamento urbano em que as residências estejam isoladas dos outros aspectos da vida. Está presente em todo planejamento para crianças em que a recreação informal esteja isolada em seus próprios domínios. Qualquer sociedade adulta presente na vida diária das crianças atingidas por tal projeto tem de ser

zadas (esportes, artes, trabalhos manuais ou aquilo que seus interesses ou as oportunidades existentes ditarem), ocorre em horários imprevistos e deve adequar-se a isso. Grande parte da vida das crianças fora de casa desenvolve-se aos poucos. Acontece no pequeno intervalo depois do almoço. Acontece depois da escola, no momento em que as crianças podem estar pensando no que fazer e imaginando quem vai aparecer. Acontece enquanto elas esperam ser chamadas para o jantar. Acontece em breves intervalos entre o jantar e a lição de casa, ou entre a lição de casa e a hora de dormir.

Nesses momentos, as crianças dispõem e utilizam de todos os meios para exercitar-se e divertir-se. Batem com os pés em poças d'água, escrevem com giz, pulam corda, patinam, jogam bolas de gude, exibem o que têm, conversam, trocam figurinhas, jogam *stoopball**, andam em pernas de pau, enfeitam patinetes feitos de caixa de sabão, desmontam carros de bebê velhos, sobem em grades, correm de um lado para o outro. Não tem sentido valorizar demais essas atividades. Não tem sentido ir a algum lugar formalmente para fazê-las de acordo com um plano formal. Parte do seu atrativo reside na sensação que as acompanha, de liberdade de vaguear para cá e para lá nas calçadas, situação diferente de estar fechado dentro de um espaço. Se for impossível desempenhá-las informal e convenientemente, elas raramente são realizadas.

À medida que as crianças crescem, essa atividade informal fora de casa – por exemplo, enquanto esperam ser chamadas para a refeição – passa a exigir menos do físico e acarreta um tempo mais prolongado com os outros, formando opinião sobre eles, flertando, conversando, provocando, empurrando, lutando. Os adolescentes são quase sempre criticados por essa maneira de matar o tempo, mas é quase impossível amadurecer sem ela. O problema aparece quando ela é praticada não na sociedade, mas como uma forma de vida marginal.

O requisito para qualquer uma dessas variedades de recreação informal não é a existência de nenhum tipo de equipamento

* Jogo baseado no beisebol que consiste em jogar a bola contra um muro e contar o número de vezes que ela pula no chão. Esse número indica a quantidade de bases percorridas. (N. do T.)

rebuscado, mas sim de espaço num local conveniente e interessante. A brincadeira é prejudicada se as calçadas forem muito estreitas em relação ao que se exige delas. É prejudicada principalmente se as calçadas não tiverem pequenas irregularidades no alinhamento das construções. Uma parte considerável do ócio e da recreação ocorre em reentrâncias da calçada, fora do trajeto dos pedestres.

Não há sentido em planejar a recreação nas calçadas, a menos que elas sejam utilizadas para uma grande variedade de outros fins e também por uma grande variedade de outras pessoas. Esses usos são interdependentes, tanto para uma vigilância adequada, quanto para uma vida pública de certa vitalidade e interesse geral. Se as calçadas de uma rua movimentada tiverem largura suficiente, a recreação surge com força junto com os outros usos. Se as calçadas forem acanhadas, a brincadeira de pular corda é a primeira a ser prejudicada. Depois vêm os patins, os triciclos e as bicicletas. Quanto mais estreitas forem as calçadas, mais sedentária se torna a recreação informal. E mais frequentes as escapadas das crianças para a rua.

Calçadas com nove ou dez metros de largura são capazes de comportar praticamente qualquer recreação informal – além de árvores para dar sombra e espaço suficiente para a circulação de pedestres e para a vida em público e o ócio dos adultos. Há poucas calçadas com largura tão farta. Invariavelmente, a largura delas é sacrificada em favor da largura da rua para os veículos, em parte porque as calçadas são tradicionalmente consideradas um espaço destinado ao trânsito de pedestres e ao acesso a prédios e continuam a ser desconsideradas e desprezadas na condição de únicos elementos vitais e imprescindíveis da segurança, da vida pública e da criação de crianças nas cidades.

Ainda podem ser encontradas calçadas de seis metros, que geralmente impossibilitam a brincadeira de pular corda mas permitem a diversão com patins e outros brinquedos de rodas, embora os que gostam de alargar as ruas as abocanhem ano após ano (geralmente segundo a crença de que as desprezadas esplanadas e os “passeios públicos” as substituem adequadamente). Quanto mais movimentadas e atraentes forem as calçadas e quanto maior

o número e a variedade de usuários, maior deverá ser a largura total para comportar seus usos satisfatoriamente.

Contudo, mesmo com a falta de espaço adequado, a localização conveniente das ruas e o interesse despertado por elas são tão importantes para as crianças – e a boa vigilância, tão importante para os pais – que elas se adaptam ao acanhado espaço da calçada. Isso não significa que seja correto tirar vantagem dessa adaptabilidade inescrupulosamente. Na verdade, é errado tanto com relação às calçadas quanto com relação às cidades.

Algumas calçadas são sem dúvida ruins para a criação das crianças. São ruins para qualquer pessoa. Nesses lugares, precisamos promover as virtudes e as instalações que propiciam segurança, vitalidade e estabilidade nas ruas. Trata-se de um problema complexo e fundamental no planejamento urbano. Em bairros com tais deficiências, enxotar as crianças para parques ou *playgrounds* é, além de improdutivo, uma solução ainda pior para os problemas das ruas e para as crianças.

A ideia de se livrar das ruas, desde que isso seja possível, e depreciar e menosprezar sua função social e econômica na vida urbana é uma das mais nocivas e destrutivas do planejamento urbano ortodoxo. É o máximo da ironia que ela seja posta em prática com tanta frequência em nome de fantasias nebulosas sobre a criação de crianças nas cidades.

5. OS USOS DOS PARQUES DE BAIRRO

Os parques de bairro ou espaços similares são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar os parques urbanos como locais carentes que precisem da dádiva da vida e da aprovação conferida a *eles*. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso.

Os parques são locais efêmeros. Costumam experimentar extremos de popularidade e impopularidade. Seu desempenho nada tem de simples. Podem constituir elementos maravilhosos dos bairros e também um trunfo econômico para a vizinhança, mas infelizmente poucos são assim. Com o tempo, podem tornar-se mais apreciados e valorizados, mas infelizmente poucos duram tanto. Para cada Rittenhouse Square, na Filadélfia, ou Rockefeller Plaza ou Washington Square, em Nova York, ou Boston Common, ou ainda seus amados equivalentes em outras cidades, há dúzias de vazios urbanos desvitalizados chamados parques, destruídos pela decadência, sem uso, desprezados. Como me disse uma mulher em Indiana, quando lhe perguntei se gostava da praça da cidade: “Lá só ficam uns velhos indecentes, que cospem uma gosma de tabaco e tentam olhar por baixo da saia da gente.”